

Dossiê

Vitimização: políticas de moralidade e gramáticas emocionais

Organizadoras: Maria Claudia Coelho (UERJ), Jane Russo (UERJ),
Cynthia Sarti (UNIFESP) e Ceres Víctora (UFRGS)

Apresentação

Este dossiê reúne trabalhos apresentados originalmente no Seminário Temático “Vitimizção: políticas de moralidade e gramáticas emocionais” (coordenado por Maria Claudia Coelho e Ceres Víctora), ocorrido no 37º. Encontro Anual da ANPOCS (Águas de Lindóia, 2013), aos quais vieram se somar outras contribuições de pesquisadores também atentos a essa temática. O Seminário se originou de uma sequência de Grupos de Trabalho realizados no âmbito da ANPOCS e foi fruto da reunião das equipes que há vários anos vinham organizando grupos de trabalho nesses encontros, respectivamente nas áreas de Antropologia da Saúde e de Antropologia das Emoções.

Essa “fusão” entre os dois grupos teve início em 2010, com o Seminário Temático “Corpo, Saúde e Emoção”, e prosseguiu com o Grupo de Trabalho “Saúde, Emoção e Moral” (coordenados por Cynthia Sarti e Maria Claudia Coelho). A centralidade então atribuída ao tema da moral fez com que a questão da *vitimizção* emergisse como um problema capaz de atravessar os dois campos, razão pela qual em 2013 o elegemos como foco de um Seminário Temático específico.

A ideia original de reunir as equipes para a elaboração de propostas conjuntas está diretamente ligada à trajetória desses dois objetos de reflexão – a saúde/doença e a emoção – no âmbito das ciências sociais. Saúde e doença, por sua íntima associação no senso comum ocidental ao domínio do corpo como parte da natureza, são assuntos popularmente entendidos como pertencentes à esfera dos saberes biomédicos; emoção, por uma associação ao domínio do indivíduo igualmente recorrente no senso comum, é geralmente relegada à esfera da psicologia.

As trajetórias desses dois objetos de pesquisa são assim evidentemente tributárias do lugar fundador atribuído a duas oposições no campo das ciências sociais: natureza-cultura e indivíduo-sociedade. Em diversas obras seminais, o esforço de constituição de um domínio autônomo de investigação para as recém-criadas disciplinas da antropologia e da sociologia se dá justamente pela exclusão do primeiro termo de cada oposição. Isto se traduz tanto no caso dos estudos sobre saúde/doença quanto no caso dos estudos sobre emoção, em uma aparente “refração” desses objetos a análises de orientação socioantropológica.

Entretanto, se as linhas demarcatórias são nítidas em textos programáticos do cânone dessas disciplinas, a história do pensamento socioantropológico é paradoxalmente perpassada por esforços para encompassar aspectos da experiência humana que o senso comum rotula como “naturais” ou “individuais”. No caso da emoção, basta lembrar o contraste entre a nitidez de formulações clássicas, tais como o fato social “externo à consciência individual” de Émile Durkheim (1984) e a eleição da “forma” como objeto da sociologia de Georg Simmel (1971), e as nuances e esmaecimentos dessa fronteira indivíduo-sociedade em textos dos mesmos autores voltados para a análise de temáticas específicas, como, por exemplo, a “efervescência” na obra de Durkheim (1996) ou a fidelidade e a gratidão nas reflexões de Simmel (1964)¹.

No caso da saúde e doença, tensão semelhante pode ser encontrada nos ensaios de Marcel Mauss ([1926] 2003 e [1934] 2003) e Robert Hertz (1928) acerca das relações entre corpo e sociedade, nas análises de E. E. Evans-Pritchard (1978) sobre a magia Azande ou nos textos clássicos de Claude Lévi-Strauss (1975a; 1975b [1949]) sobre a eficácia simbólica de práticas curativas xamânicas.

Nas últimas décadas, corpo, saúde/doença e emoção vêm se firmando cada vez mais como objetos possíveis para as ciências sociais, estando no cerne da emergência de vários paradigmas teóricos de impacto em diversas cenas intelectuais internacionais, tais como a noção de “embodiment” de Thomas Csordas (1994) ou o contextualismo como perspectiva de análise das emoções de Catherine Lutz e Lila Abu-Lughod (1990). Novas questões vêm se impondo, realizando um movimento de problematização da associação

¹ Para uma discussão mais detida sobre essas diferenças entre o *status* das emoções nos textos programáticos e nos textos temáticos dos dois autores, ver Rezende e Coelho (2010) e Coelho e Rezende (2011).

entre essas dimensões da experiência humana e o reino da privacidade e da intimidade individuais. É o caso tanto da atenção dada à relação entre moralidade e biotecnologias, com sua relevância para a formulação de políticas públicas na área da saúde, quanto à dimensão micropolítica das emoções, com sua capacidade de reforçar ou alterar as macrorrelações hierárquicas e de poder em que se inserem as relações interpessoais.

Esses objetos de pesquisa apresentam, assim, trajetórias de inegável paralelismo, que podem, grosso modo, ser apresentadas em três etapas: uma negação, de caráter fundador, de sua possibilidade de constituição como objetos de reflexão socioantropológica; um esforço para sua inclusão no raio de alcance das ciências sociais, esforço esse em larga medida orientado pela ideia de uma “construção social”, tanto da saúde/doença quanto da emoção; e uma problematização recente da restrição desses temas à compreensão da subjetividade *per se*, transformando-os em pontes para a superação da tradicional dicotomia entre as análises de nível micro e macro da vida social.

A realização de um Seminário Temático sobre o tema da vitimização pretendeu dar continuidade ao esforço de estabelecimento do diálogo entre essas duas áreas de investigação. Essa opção foi inspirada pelos debates realizados no Grupo de Trabalho “Saúde, Emoção e Moral” em 2011, nos quais o tema da vitimização surgiu em um amplo espectro de temáticas específicas, que foram naquela ocasião agrupadas em torno de dois eixos principais: experiências de doença (tratadas do ponto de vista de discursos médicos e jurídicos, estratégias terapêuticas ou vivências de adoecimento) e formas de reivindicação política (com ênfase na análise da participação em movimentos sociais).

Para o Seminário de 2013, propusemos três grupos de questões: a) os critérios da vitimização (quem pode ser considerado vítima? quais as condições da vitimização – vulnerabilidade, sujeição ao outro, responsabilidade do sujeito pelo sofrimento?); b) o potencial político da vitimização (qual o trabalho que a categorização como “vítima” faz do ponto de vista do direito de reivindicar?); e c) quais as gramáticas emocionais associadas aos discursos e experiências de vitimização (compaixão, medo, impotência, raiva, coragem, indignação etc.)?²

² Para uma análise do trabalho micropolítico realizado pelas emoções em experiências de vitimização, ver Coelho (2012, 2010).

A primeira questão – os critérios da vitimização – ocupou boa parte do debate, sendo abordada sob diversos aspectos em vários trabalhos. Nessa discussão, as reflexões de Sarti (2011, 2009) foram referências seminais, com destaque para duas ideias: a construção da figura da vítima dá-se a partir de uma definição prévia de um lugar da “vulnerabilidade” associado a determinados grupos sociais, como mulheres, crianças e idosos, com uma acentuada marca de gênero; e a *vítima* como uma forma de constituição da subjetividade no mundo contemporâneo, associada à noção de “direitos”, em estreita relação com seu potencial como “argumento”, que fundamenta reivindicações no plano político.

A discussão sobre a vulnerabilidade apareceu, assim, em sua articulação com dois marcadores sociais: a idade e o gênero. Associada à idade, a vulnerabilidade foi discutida por Monalisa Siqueira em sua análise sobre as políticas públicas para idosos e a transformação da imagem do “idoso” de figura passiva em alguém dotado da capacidade de reivindicar. Em sua associação com o gênero, a relação entre a vulnerabilidade e o feminino surgiu em dois trabalhos: no texto de Ariana Bazzano sobre a legislação referente ao tráfico de pessoas, em particular de mulheres no contexto do mercado do sexo, e na análise proposta por Ligia Lana sobre o “caso Luciana Gimenez”, em que vulnerabilidade, gênero e celebridade se articulam para produzir um “drama midiático” em torno de uma gravidez associada ao logro de um homem célebre por uma jovem retratada pela mídia como ambiciosa e manipuladora. O ponto que destacamos aqui é: quais representações do “feminino” e do “masculino” sustentam a construção do sujeito como “vítima”?

Uma segunda questão apareceu também com força durante os debates: a responsabilidade do sujeito perante o sofrimento/infortúnio e seus efeitos sobre a possibilidade de sua constituição como “vítima”. Questão já tradicionalmente colocada em estudos sobre a relação do sujeito com o sofrimento alheio (CLARK, 1997; FRENCH, 1994; SONTAG, 2003), essa temática surgiu nos debates sob uma forma invertida, qual seja, qual a responsabilidade do sujeito perante o sofrimento *que inflige ao outro*? Essa foi a questão discutida por Martinho Silva em sua análise sobre os embates em torno das formas de nomeação do ex-“louco infrator”, com suas consequências sobre as maneiras de cuidar, ou de conter, esse sujeito, bem como as implicações daí decorrentes sobre a qual campo cabem esses cuidados, ou contenções, – se à saúde ou à segurança pública.

Desse problema das atitudes diante do sofrimento decorrem duas outras questões. A primeira delas é a gramática da compaixão, uma espécie de “par inevitável” do sofrimento, alegação maior dos candidatos a “vítima” que apresentam, por meio da exposição do próprio sofrimento, um lugar na cena política definido por pleitos de reparação. Essa questão é descrita por Ana Paula Arosi em sua análise dos argumentos apresentados pelos participantes de movimentos de familiares de vítimas de violência, em que o “sofrer” ocupa lugar central na apresentação de si como “diretamente atingido” e, portanto, merecedor de “reparação”.

De forma surpreendente e, por isso mesmo, de extrema fertilidade para nossa discussão, essa questão aparece no trabalho de Claudia Fonseca e Glaucia Maricato sobre os “atingidos de hanseníase” – categoria criada para incluir, entre aqueles capazes de pleitear reparação estatal, os filhos dos portadores de hanseníase que foram afastados de seus pais devido à política estatal de internação compulsória. É brandindo as formas várias do sofrimento imposto por essa separação que esses sujeitos fazem sua aparição como atores políticos. Ser *atingido* – seja por uma política estatal de internação compulsória, seja por violências de naturezas variadas – parece desempenhar, assim, uma função balizadora nesses discursos em que ser “vítima” é argumento poderoso na reivindicação por reparação.

A segunda temática correlata, que no trabalho de Martinho Silva surgia de forma apenas insinuada, apareceu em cores mais nítidas em outros textos: o problema da “escolha”, ou seja, da autonomia, ou agência, do indivíduo face às suas ações. Essa foi a questão trazida por Raquel Brum Fernandes em seu exame dos discursos de moradores de comunidades e gestores de políticas públicas voltadas para a juventude, ora representada como capaz de fazer escolhas quando essas são negativamente valorizadas, ora entendida como inerte diante das “seduções” do mundo do tráfico. Esse problema da agência individual, aqui traduzido sob a forma da capacidade autônoma de fazer *escolhas*, esteve presente também no debate que se seguiu à apresentação do trabalho de Valéria Aydos e César Figueiredo sobre as vítimas da ditadura militar. Aí, a discussão em torno do rótulo “vítima de segunda categoria”, usado para se referir àqueles que não resistiram à tortura e “colaboraram” com a ditadura militar, suscitou também uma questão sobre o problema da agência individual, implícita no uso da noção de “vítima” para dar conta do sofrimento imposto pela ditadura a esses sujeitos ao fazê-los “capitular”, tendo mais tarde que lidar com a eventual vergonha por tê-lo feito. O debate suscitado pelo trabalho de Ariana Bazzano veio também contribuir para o

aprofundamento dessa temática, a partir do paradoxo implícito entre os esforços para destituir de valor legal um eventual consentimento da “vítima” do crime de tráfico de pessoas e o empenho concomitante para dissociar a atividade da prostituição de uma prática necessariamente realizada sob o signo da coação. O paradoxo: que sujeito é esse, simultaneamente dotado da capacidade de fazer escolhas e destituído da capacidade de consentir?

A publicação desse conjunto de textos sob a forma de um dossiê pretende contribuir para o aprofundamento da discussão desses temas em torno dos quais nos parece possível explorar critérios e condições da vitimização e seu trabalho moral e político. O que é preciso para ser “vítima”? Vulnerabilidade? Ausência de responsabilidade pelo próprio sofrimento? Sujeição à vontade do outro? E, se são mesmo esses os principais critérios e condições, em qual medida entram? E associados a quais marcadores?

* * *

Esse dossiê é composto por nove textos, dispostos de maneira a compor um “percurso reflexivo”, que nos leva das reflexões sobre a vitimização em temas da área das políticas públicas de saúde até seu espaço “canônico”, consagrado pelo senso comum, nas temáticas vinculadas à violência urbana e à segurança pública.

O texto de autoria de Claudia Fonseca e Glaucia Maricato discute, a partir da análise do Movimento pela Reintegração de Pessoas Atingidas de Hanseníase (MORHAN), a capacidade dos movimentos sociais de atribuir e produzir significados aos depoimentos de sofrimento e à noção de vítima. Trata-se de um movimento que pleiteia reparação a filhos de pacientes de hanseníase que, diante do internamento compulsório de seus pais em leprosários ou hospitais-colônias, foram deles separados e enviados a “preventórios” (orfanatos). Os documentos e relatos dessas “vítimas” referem-se a maus-tratos, preconceitos e transtornos psicossociais em decorrência do afastamento da família de origem, o que faz deles também “atingidos pela hanseníase”. As autoras estabelecem um frutífero debate teórico no qual tencionam as ideias de Fassin e Rechman (2009) sobre as condições de “vítimas” e de vitimização, e sugerem a importância de se valorizar a dimensão “extraindividual” do sofrimento. Nessa lógica, refletem sobre a importância do “recorte” etnográfico e as perspectivas analíticas que fundamentam a abordagem a contextos nos quais vitimização e “vítimas” se apresentam.

Monalisa Siqueira também enfrenta o desafio de refletir sobre o processo de produção de formas de atuação política, bem como de produção de sujeitos que reivindicam direitos. No seu artigo, a autora questiona como está sendo construída a participação dos “idosos” como sujeitos de direito nos espaços deliberativos das políticas públicas e em que medida as experiências narradas pelos idosos, ou em nome deles, fazem parte também de uma ação política. Pergunta-se quais transformações devem sofrer suas narrativas originais de dor e de dificuldades em acessar os serviços de saúde para que possam disputar recursos e investimentos do Estado diante da crescente presença de grupos de “vítimas” ou de “vulneráveis” - população negra, LGBTTT, indígena, mulheres, crianças e adolescentes, vítimas de violência, pessoas vivendo com HIV/AIDS, além de diferentes movimentos de reparação. A autora reflete, a partir de Sarti (2009), sobre como o processo de estabelecimento de grupos populacionais específicos ou patologias específicas com base em definições prévias de “vítima” (ou de “vulnerável”) faz parte da lógica social da construção das políticas públicas de saúde, de moradia, de educação e de alimentação.

O texto de Martinho Silva e Renata Costa desempenha um papel muito particular na montagem desse dossiê. Discutindo a história das formas de nomeação pelo Estado e suas instituições dos sujeitos considerados “perigosos”, ao mesmo tempo em que “insanos” (e aqui a própria natureza da discussão proposta exige um uso cauteloso das aspas), os autores examinam a relação entre poder e nomeação, mostrando o trabalho político realizado pelos sistemas de classificação, combinando assim uma questão consagrada da literatura antropológica com uma temática candente na área das políticas públicas de saúde. E é da natureza mesma do tema proposto que advém aquele papel “particular” mencionado anteriormente, pois os embates em torno de como nomear fazem com que os “loucos infratores” transitem pelas diversas instâncias da burocracia estatal, ora aos cuidados das agências de saúde, ora sob os controles e coerções dos sistemas prisionais, reproduzindo, no plano mesmo de suas trajetórias “nativas”, o movimento teórico que nos levou aqui a propor essa aproximação entre os campos da saúde e da segurança pública.

O único texto do dossiê que não foi apresentado originalmente no Seminário da ANPOCS é quase uma provocação. A investigação de Anderson Castro e Silva e João Trajano Sento-Sé coloca-nos diante de um personagem inusitado nessa trama da vitimização: o policial-vítima. Em geral “escalado” como algoz nos *scripts* da violência, os policiais aqui nos são apresentados

por meio da análise de um discurso em que se representam como vítimas – do Estado, da sociedade, da própria corporação. Somos surpreendidos pelo volume de queixas com que os policiais nos confrontam: o desamparo pelo Estado, as críticas e cobranças da “sociedade”, os perigos da profissão, alguns a ela inerentes, outros nem tanto (como a identidade profissional que é em si mesma uma ameaça em tantos locais de habitação), as más condições de trabalho e formação oferecidas pela instituição policial. Para além do interesse suscitado pela riqueza em si da investigação, o texto nos instiga a pensar qual o poder de que é hoje investida essa categoria “vítima”: o que essa autorrepresentação faz pelo sujeito que assim se considera? Qual o “trabalho” político que essa categoria é capaz de executar?

A questão sobre o trabalho político da categoria “vítima” se apresenta também no artigo de Ana Paula Arosi. O texto aborda a articulação do sofrimento e da dor como elementos de mobilização e luta política de movimentos de familiares de vítimas de violência. Esses movimentos que envolvem familiares reunidos pela dor da perda de entes queridos lançam-se pública e politicamente na luta por “justiça” em percursos que, segundo a autora, hierarquizam “vidas e sofrimentos de modo a colocar os acusados pelos crimes em uma posição de ex-humanidade”. Essa observação tem como pano de fundo um conjunto de valorações morais que definem quais vidas merecem ser vividas e remete, em última instância, ao próprio “valor da vida” (FASSIN, 2007; ARENDT, 2010), que se encontra materializado diferentemente nas figuras da “vítima” e do “algoz”.

Essa trama discursiva da violência urbana que costuma opor policiais, em geral tidos como “algozes”, às vítimas das diversas formas da violência, tem ainda outro personagem recorrente: os moradores de áreas carentes, em meio aos quais se destacam os “jovens”. No Rio de Janeiro, teve início em 2008 uma nova experiência de policiamento baseada na filosofia do policiamento comunitário – as Unidades de Polícia Pacificadora, cujo projeto era a “retomada” pelo Estado de áreas até então sob domínio do tráfico de drogas. Em associação com esse projeto de segurança pública, foram formuladas diversas propostas de intervenção “social”, com a oferta de inúmeros cursos e atividades cujo público-alvo preferencial era o “jovem”. O trabalho de Raquel Brum Fernandes debruça-se sobre os discursos de moradores dessas comunidades sobre a “juventude”. A autora examina a convivência, nesses discursos, de duas perspectivas sobre os jovens, às quais se refere como “vitimizadora” e “culpabilizadora”. Na primeira, os jovens são representados como vítimas passivas de um ambiente social deteriorado,

responsável pela sua “cooptação” pelo tráfico; na segunda, o jovem aparece como dotado de agência, responsável pelas (más) escolhas que faz. O foco no problema da *escolha* é a contribuição maior do texto para o desenho desse dossiê, permitindo colocar em relevo, a partir de uma situação etnográfica particular e, hoje, de extrema visibilidade na agenda de pesquisas em segurança pública, a centralidade das concepções de responsabilidade individual para a construção da imagem da “vítima”.

O artigo de Valéria Aydos e César Figueiredo mostra a complexidade que reside na transformação de experiências traumáticas de presos e de torturados políticos em argumentos capazes de movimentar processos de reconhecimento e reparação que demandam, por assim dizer, o argumento da vitimização. Uma das complexidades, apontam os autores, está no fato de que a resistência ao regime militar que levou militantes políticos a serem presos, perseguidos e assassinados nos anos 60 e 70, se associava antes à condição de “herói” do que à de “vítima”. Como, então, foi possível essa transformação? Os autores mostram como, num processo repleto de ambiguidades e contradições, essas duas categorias vão se articulando no contexto de democratização do Estado brasileiro. Isso se verifica, por exemplo, quando ex-presos políticos se tornam candidatos a cargos parlamentares e evocam nas campanhas eleitorais sua passagem pelos porões obscuros da ditadura para comprovar suas qualidades morais, conferindo, nesse movimento, uma positividade à categoria de “vítima”, na qual passam a se enquadrar. Apesar das tensões e ambiguidades que se evidenciam nesse *trabalho* de reconstrução semântica e subjetiva desse novo sujeito de direito, emerge daí a “vítima da ditadura militar”, cujo reconhecimento social e legal é fundamental nos processos reivindicatórios. Do ponto de vista desse dossiê, é interessante ainda ressaltar que esse artigo revela o quanto a produção de sentidos relacionados a processos de vitimização e à “vítima” são complexos e imprevisíveis. No caso analisado, os autores sugerem que se, por um lado, o movimento reivindicatório e indenizatório visibiliza as – agora positivadas – “vítimas-heróis”, por outro lado, ele também produz uma nova categoria de “vítima” – de segunda categoria – que engloba os “companheiros” que, diante das dores insuportáveis da tortura, haviam cedido informações aos ditadores.

Talvez uma das personagens mais polêmicas da trama social sobre a qual o dilema da “vítima” e da vitimização se coloque seja a da mulher que se envolve (voluntariamente), ou se vê envolvida (por “ingenuidade”), num circuito de migração e prostituição. O artigo de Ariana Bazzano realiza inicialmente um

apanhado histórico das normativas internacionais sobre o tráfico de pessoas, partindo a seguir para uma discussão sobre quais as concepções de “mulher” e de “trabalho digno” que as fundamentam. As análises da autora indicam que os discursos do Estado e de algumas perspectivas do movimento feminista simplificam demasiadamente a complexa relação migração-prostituição, quando reduzem todas as modalidades desse intrincado fenômeno sob o rótulo de “tráfico de pessoas”. Ela sugere finalmente que o foco no controle e na criminalização da migração, em especial de mulheres, travestis, pobres e negros, que se produz em nome da proteção aos “vulneráveis”, acaba, em certo sentido, por transformá-los em objetos, subtraindo-lhes a condição de sujeitos, cuja voz deveria ser ouvida na construção das políticas sociais e de direitos humanos.

O dossiê se encerra com a análise de Lígia Lana sobre o escândalo midiático em torno da gravidez da modelo Luciana Gimenez, fruto de seu relacionamento com Mick Jagger. A inclusão dessa temática ao final desse nosso percurso pode surpreender devido à evidente disparidade entre o lugar consagrado ocupado pelo conjunto das demais temáticas na agenda de pesquisa das ciências sociais e a aparente “leveza” de uma análise midiática de um escândalo envolvendo celebridades. Entretanto, reside justamente aí seu interesse. A autora discute os argumentos utilizados na narrativa midiática em torno da disputa pelo lugar de “vítima” – se Luciana, “vítima” das dificuldades de ser “mãe solteira”, se Jagger, “vítima” da “astúcia de uma mulher fatal”. Nesse embate, as representações e performances de gênero desempenham papel central, mostrando a relevância do marcador “gênero” para a compreensão das formas de construção da figura da “vítima”. E é justamente em sua capacidade de “desrespeitar” os espaços mais tradicionalmente associados ao surgimento das “vítimas” – os espaços da saúde e da segurança pública – que reside o interesse maior dessa análise para a discussão central proposta por esse dossiê: a centralidade da “vítima” como formação contemporânea da subjetividade e seu poder como estratégia de reivindicações as mais variadas.

Referências

- ABU-LUGHOD, Lila e LUTZ, Catherine.
(1990). *Language and the Politics of Emotion*.
New York: Cambridge University Press.
- CLARK, Candace.
(1997). *Misery and Company - sympathy in everyday life*. Chicago & London: The University of Chicago Press.
- COELHO, Maria Claudia.
(2012). "Gênero, Emoções e Vitimização: percepções sobre a violência urbana no Rio de Janeiro". *Sexualidad, Salud y Sociedad*, v. 10, p. 10-36.
- (2010). "Narrativas da Violência: a dimensão micro-política das emoções". *Mana*, vol. 16, pp. 1-20.
- COELHO, Maria Claudia e REZENDE, Claudia Barcellos.
(2011). *Cultura e Sentimentos - ensaios em antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Editora Contra Capa.
- CSORDAS, Thomas (Org.).
(1994). *Embodiment and Experience*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DURKHEIM, Émile.
(1996). *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.
- (1984). *As Regras Elementares do Método Sociológico*. São Paulo: Nacional.
- EVANS-PRITCHARD, E.E.
(1978) *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- FRENCH, Lindsay.
(1994) "The Political Economy of Injury and Compassion: amputees on the Thai-Cambodia border". In: T. Csordas (org.). *Embodiment and Experience*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 69-99.
- HERTZ, Robert.
(1928) "La prééminence de la main droite. Étude sur la polarité religieuse" In: *Sociologie religieuse et folklore, Edição eletrônica realizada a partir do livro Sociologie religieuse et folklore (1928)*. Paris: Presses Universitaires de France.
- LÉVI-STRAUSS, Claude.
([1949] 1975a). "O feiticeiro e sua magia". In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- ([1949] 1975b). "A eficácia simbólica". In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MAUSS, Marcel.
([1926] 2003). "Efeito físico no indivíduo da idéia de morte sugerida pela coletividade". In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- ([1934] 2003). "As técnicas do corpo". In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- REZENDE, Claudia Barcellos e COELHO, Maria Claudia.
(2010). *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- SARTI, Cynthia.
(2011). "A vítima como figura contemporânea". *Cadernos CRH*, vol. 24, n. 61, pp. 51-61.
- (2009). "Corpo, violência e saúde: a produção da vítima". *Sexualidad, Salud y Sociedad*, vol. 1, n. 1, pp. 89-103.
- SIMMEL, Georg.
(1971). "The Problem of Sociology". In: *On Individuality and Social Forms*. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 23-35.
- (1964). "Faithfulness and Gratitude". In: Kurt H. Wolff (org.). *The Sociology of Georg Simmel*. New York: Free Press, pp. 379-395.
- SONTAG, Susan.
(2003). *Diante da Dor dos Outros*. São Paulo: Cia. das Letras.